

IBGE faz 60 anos e presidente da instituição garante qualidade nas estatísticas brasileiras

BANCO DE DADOS

SULAMITA ESTELIAM
EDITORA DE ECONOMIA



Presidente do IBGE, cientista político Simon Schwartzman, defende a descentralização

O Brasil não tem estatísticas confiáveis. Verdade ou preconceito? O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Simon Schwartzman, garante que não é verdade. Apesar das dificuldades da ordem financeira e estrutural, sua avaliação é de que a indústria da informação no País vai bem, obrigado. Guardadas as devidas proporções em relação a centros mais avançados, especialmente os Estados Unidos, ele acredita que o IBGE comemora seus 60 anos com uma folha de serviços sem maiores problemas qualitativos. E as instituições regionais estão se capacitando, ao ponto de já se poder pensar em descentralização.

Esse processo, defende Schwartzman, é fundamental para se atender à crescente demanda por informações no País. Simon Schwartzman é cientista político pela Universidade de São Paulo e está coordenando o Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais e Políticas que acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 27 e 31 próximos. Do Rio, por telefone, ele concedeu ao O POVO a seguinte entrevista.

zendo 60 anos e há no Brasil uma certa convicção de estatísticas, aqui, não são áveis. Verdade ou preconceito?
nn Schwartzman - Não é verdade. Os institutos de pesquisas não produzem dados bem razoáveis. Mesmo em momentos em que a situação econômico-financeira era ruim, o IBGE não deixou de produzir informações básicas, como preços, empregos, nível da atividade econômica. E tem aumentado o número de produtos e serviços. Acontece que tem crescido, também, a demanda por informação. O que levou à necessidade de descentralizar a pesquisa. Finalmente, o IBGE sozinho não é capaz de atender à demanda.

As instituições regionais estão citadas para dividir essa tarefa com o IBGE, com nível razoável de eficiência?

As instituições regionais estão capacitando — umas mais, outras menos. O IBGE tem todo o interesse em ajudar tecnicamente, em fornecer e acompanhar metodologias. Mas, é preciso que os governos estaduais se conscientizem da importância de equipar os institutos de pesquisa em termos orçamentários e de infraestrutura.

O senhor diria que o produto brasileiro hoje é comparável, em termos qualitativos e/ou quantitativos, ao que se faz nos Estados Unidos, por exemplo, que tem mania de pesquisa?

Comparar com os Estados Unidos seria pretensão — muito mais em termos quantitativos. Em matéria de qualidade nem tanto. Ocorre que as pesquisas norte-americanas têm mais complexidade. São várias instituições trabalhando um produto específico — uma cuida do censo, outra da cultura, outra da geodésia. En-

é o orçamento é 'n' vezes maior.

OP - O IBGE tem problemas de recursos?

SS - No passado recente tivemos problemas de dinheiro. Hoje temos problemas de recursos humanos.

OP - Qual é o orçamento do IBGE para 96? E qual o quadro de pessoal?

SS - Cerca de R\$ 300 milhões e 10 mil funcionários.

OP - E isso é pouco?

SS - Em termos numéricos e de valores é bastante razoável. O problema é a rigidez orçamentária e administrativa. Ele é amarrado. O IBGE não pode fazer política salarial, porque isso é atribuição do Ministério da Administração, da mesma forma não pode demitir nem contratar de acordo com suas necessidades. As compras, também, são orientadas de fora para dentro pela Seplan. O processo de licitação leva tempo e está sujeito à impugnação. Em tempos de economia estabilizada, como agora, esse problema é menor, mas quando a inflação era alta chegava a ser dramático. O orçamento ia pelo ralo da burocracia.

OP - O que poderia ser feito para agilizar? Acabar com o controle?

SS - Não me queixo pelo controle, em si. O IBGE é uma fundação pública e tem que prestar contas ao governo, à sociedade. O problema é que esse controle é meramente formal. A Sisete (secretaria da Seplan encarregada de coordenar órgãos como o IBGE) não tem competência

nesso trabalho. Não há controle de qualidade e de resultado. Esse Encontro, no Rio, é também para colocar essas questões na mesa e buscar caminhos para melhorar a eficiência do trabalho e dos resultados.

OP - Voltando aos produtos. A PNAD, que é uma referência importante para análise e políticas sociais, deixou de ser feita em 94. Ela não tem uma periodicidade?

SS - A PNAD é feita todos os anos, exceto quando há censo. É uma referência social — mede trabalho, emprego, educação, renda familiar. São pesquisados 100 mil domicílios em todo o País. Tivemos problemas em 94 e ela deixou de ser feita. Agora estamos tabulando 95. O resultado fica pronto no início do segundo semestre, talvez um pouco antes.

OP - A falta de periodicidade não prejudica a avaliação do quadro social e a definição de políticas?

SS - Nesse caso não, um ano é um período muito curto para produzir transformações significativas. Estamos, inclusive, discutindo a possibilidade de modificar a periodicidade da PNAD: ao invés de todo ano, de dois em dois anos.

OP - Como se explicam as diferenças, por exemplo, nos indicadores do nível de emprego e de desemprego apontados pelo IBGE e pelo Dieese? Em 95 a taxa de desemprego do IBGE ficou pouco acima de 5%, o Dieese encontrou 10%, quase o dobro...

SS - Há uma verdadeira gritaria a esse respeito. Mas tem-se que olhar

logia utilizada pelo IBGE é a recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O pesquisador pergunta se na semana passada a pessoa ganhou algum dinheiro com trabalho. Depois, pergunta se o trabalho é formal ou informal e, depois, se está procurando emprego. A mulher que está há cinco anos e casa não está necessariamente desempregada.

OP - Quer dizer que, para o IBGE, quem ganhou algum trocado fazendo bico não é desempregado?

SS - Não é desempregado também aquele que está no mercado informal de trabalho.

OP - Mas isso não é uma deturpação? O cara perdeu o emprego há uns dois, seis meses, faz bico para sobreviver, mas continua desempregado. É assim que ele se sente.

SS - Não podemos pesquisar o que está na cabeça das pessoas. Temos consciência do drama do desemprego, mas temos que seguir uma metodologia. A do IBGE, repito, é a recomendada pela OIT. O Dieese não sabe qual metodologia usa. Sei que se pergunta, primeiro, se procurou emprego, depois se ganhou algum dinheiro.

OP - Não há como unificar essas metodologias?

SS - O Ministério do Trabalho — que é de onde os recursos para esse tipo de pesquisa saem — está preocupado com essas diferenças. E está produzindo um estudo no sentido de unificar a metodologia das pesquisas, mas de torná-las comparáveis.

OP - O Sine, ligado ao Ministério do Trabalho, usa metodologia semelhante à do Dieese, na sua pesquisa mensal de emprego...

SS - Não conheço a pesquisa do Sine.

PRODUTOS DO IBGE/60 ANOS

■ Censo Demográfico a cada 10 anos - o último ficou pronto em 1990

■ Contagem Populacional - 1996 fica pronta em agosto

■ Censo Agropecuário - até 1985 era feito a cada dez anos, mas a periodicidade foi reduzida para cinco anos. O último foi em 1990. Em agosto sai a versão 95

■ Censo Econômico - a periodicidade era de cinco anos até 1985. Mudou-se a sistemática de pesquisa: hoje ela é feita a cada ano

■ Censo Cadastral - quadro de dados gerais sobre as empresas brasileiras com periodicidade anual e acompanhamento mensal

■ Pesquisa de acompanhamento do comércio no Rio de Janeiro - mensal

■ Pesquisa de Preços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - mensal, com acompanhamento semanal (INPC, IPC-R)

■ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) - periodicidade anual. A de 94 não foi feita e os dados de 95 estão sendo tabulados. Resultado sai até o início do próximo semestre.

■ Pesquisa de ocupação de mão de obra - mensal

